

EDITORIAL

Silvia Garcia Nogueira e Andrea Pacheco Pacífico, co-editoras

Esta edição da REI reflete, por sua variedade temática, a diversidade do próprio campo de estudos das Relações Internacionais. Segurança, democracia, política externa do Vaticano, diplomacia e ajuda humanitária são alguns dos assuntos abordados por nossos autores.

O artigo que abre este número, de Niels Søndergaard, traz uma discussão sobre a re-emergência de visões do mundo enraizadas na China Imperial, a partir dos debates chineses contemporâneos no campo das relações internacionais. Estas visões do mundo são entendidas como percepções históricas sobre "o mundo", "ordem mundial" e o posicionamento global da China, e têm-se tornado parte central do pensamento internacional chinês autóctone.

A China também é o foco de Leandro Teixeira dos Santos e Mariana Preta Oliveira de Lyra. No artigo "China: Estado, sociedade e desenvolvimento de capacidades militares", os autores tratam da relação entre o Estado, a sociedade e os investimentos públicos chineses. Partindo do pressuposto de que a legitimidade do Estado e do governo chinês está relacionada ao desempenho econômico, e que a China apresenta tendências de menor crescimento, os autores questionam o que segue: a necessidade de satisfazer demandas sociais crescentes está reduzindo os investimentos públicos no desenvolvimento de capacidades militares?

A defesa da América do Sul e a não-proliferação nuclear são temas, respectivamente, do artigo conjunto de Bruna Jaeger, Isadora Coutinho, Naiane Cossul e Namisi Oliveira, e de Leonardo Bandarra. O primeiro objetiva analisar a integração de infraestrutura na América do Sul, abordando seus principais impactos sobre a defesa e a logística da região. Para isso, as autoras realizam um breve histórico da integração sul-americana e tecem um panorama dos principais desafios atualmente enfrentados pelo subcontinente, com ênfase aos relacionados com a segurança regional. Já Bandarra visa examinar o conceito de não-proliferação nuclear sob a perspectiva das epistemologias geoculturais, conforme o quadro analítico proposto por autores como Arlene Tickner, David Blaney e Ole Waever. Segundo essa proposta, a conformação de disciplina global nas Relações Internacionais é processo que passa pela consideração das contribuições nacionais das regiões periferizadas pelas teorias hegemônicas. Nesse sentido, o autor apresenta tanto o entendimento do *mainstream* relativo ao regime internacional de não-proliferação nuclear quanto contribuições advindas das identidades nacionais brasileira e indiana.

Mariana de Andrade e Rodrigo Remígio questionam, em seu artigo, a ideia de que países como o Brasil possuem uma democracia consolidada, visto que os atores políticos que enunciam a fortaleza do regime são os mesmos que reconhecem determinadas debilidades nas instituições e, conseqüentemente, no próprio regime. O objetivo da pesquisa consiste em analisar aspectos relevantes do relacionamento entre atores estatais,

potencialidades e fragilidades das instituições democráticas, para tentar compreender o alcance dos mecanismos formais e informais de *accountability* para o fortalecimento da democracia ideal.

“As políticas neoliberais na América Latina a partir de uma análise comparativa entre Brasil e Chile” é o título do artigo conjunto de Elias David Morales Martinez e Thays Felipe de Oliveira. Nele, os autores pretendem analisar a implementação de políticas neoliberais em ambos os países, uma vez que adotaram o modelo neoliberal em primeiro e último lugar na região latino-americana. Serão contemplados, para isso, vários aspectos socioeconômicos desses países que influenciaram a decisão de incursionar nesse modelo econômico e suas experiências durante sua vigência.

O papel desempenhado pelos Estados Unidos junto a países da América Central no combate à violência e no estabelecimento da paz é o tema abordado por Paula Gomes Moreira em seu artigo. A autora discute a importância da intervenção estadunidense em processos de paz no século XX em países como Guatemala, El Salvador e Nicarágua, além de defender que, em casos como esses, devam ser considerados para análise não apenas os atores nacionais mas também os externos.

Marcos Alan Ferreira e Renan Honorato abordam em seu artigo um tema ainda pouco explorado no campo das Relações Internacionais: a política externa da Santa Sé na transição política polonesa e o papel do Papa João Paulo II nesse processo. O trabalho usa o método de *process tracing* a fim de seguir a forma como a alteração na liderança do Vaticano no ano de 1978 contribuiu para a mudança em sua política externa para uma política anticomunista que ajudou na queda do regime comunista polonês.

Os efeitos da ajuda alimentar estrangeira em guerras civis, outro assunto também incipiente no campo de Relações Internacionais no Brasil, é tema do artigo de Thiago Lima, Julia Rensi e Flávia Belmont. A análise identificou que a ajuda pode afetar cinco aspectos daquele tipo de conflito: deflagração, risco, duração, mortes por efeitos indiretos e fortalecimento de grupos beligerantes. Os autores argumentam que embora não haja consenso sobre a maneira como esses aspectos são afetados, conhecê-los e discuti-los é passo fundamental para melhorar o planejamento da ajuda humanitária.

O último artigo desta edição, de Daniel Costa Gomes, trata da atuação e do pensamento diplomático de Oswaldo Aranha entre 1945 e 1960. O autor analisa cinco situações que correspondem às cinco seções do artigo. Aqueles episódios se referem ao alinhamento com os Estados Unidos, à ruptura das relações com a União Soviética, à oposição a República Popular da China, à posição do Brasil frente ao movimento de descolonização e à retomada de relações comerciais soviético-brasileiras. A análise desses episódios fornece uma variável teste para os conceitos de "alinhamento sem recompensas" e "avanços e recuos", correspondendo a chaves interpretativas de Gerson Moura para a política externa dos governos Dutra (1946-1950) e Kubitschek (1956-1960), respectivamente.

Finalmente, na seção de resenhas, Katiuscia Moreno Galhera comenta o livro *The*

political economy of violence against women, de Jacqui True, publicado em 2012. O livro compõe uma série de publicações fomentada por duas teóricas feministas de referência nas Relações Internacionais, J. Ann Tickner e Laura Sjoberg, na coletânea *Oxford Studies in Gender and International Relations*. O argumento central consiste em que as desigualdades econômicas e políticas entre homens e mulheres, reforçadas por condições e acontecimentos econômicos globais, aumentam a violência contra a mulher, em particular as mais pobres, que são as mais vulneráveis. Defende-se que as políticas públicas ou internacionais voltadas a essa população deveriam calcar-se no empoderamento das mulheres.

Esperamos que a diversidade temática desta edição proporcione uma boa leitura!